

# AGENDA 2030

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil

# ODS 4

## ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS E TODOS



**Governo Federal**

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Coordenação**

Enid Rocha Andrade da Silva

José Eduardo Brandão

**Equipe técnica**

Valeria Rezende de Oliveira

Rubia Quintão

**Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação,  
Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

**Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

**Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

**Coordenadora-Geral de Imprensa e  
Comunicação Social**

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**Como citar:**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasília: Ipea, 2024. 17 p. (Cadernos ODS, 4). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS4>

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## APRESENTAÇÃO

A iniciativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em lançar os *Cadernos ODS* em 2018 representou um passo significativo na divulgação de estudos e pesquisas que visam fortalecer o compromisso nacional com os desafios delineados durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2015.

Nos últimos quatro anos, porém, o Brasil passou por mudanças significativas em sua abordagem em relação a várias agendas internacionais, impulsionadas por fatores políticos, econômicos e sociais. A mudança na liderança e na orientação política do governo, no período 2019-2022, resultou na definição de novas prioridades e estratégias, levando à redução do envolvimento em fóruns e iniciativas globais. Ademais, questões internas, como crises econômicas e instabilidade política, desviaram a atenção do Brasil das agendas internacionais, incluindo a retirada da Agenda 2030 da pauta de políticas públicas do governo federal.

O retorno do Brasil à Agenda 2030 foi marcado por eventos importantes. Primeiramente, o retorno do projeto democrático participativo ao governo federal foi crucial, sendo o principal impulsionador das mudanças. Em seguida, a recriação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) pelo presidente Lula da Silva em setembro de 2023 foi outro ponto significativo, restaurando uma estrutura essencial que havia sido extinta no governo anterior.

Durante a AGNU, o presidente Lula reafirmou o compromisso do Brasil com a Agenda 2030 e anunciou ao mundo que o Brasil apresentaria seu segundo Relatório Nacional Voluntário (RNV) no High Level Political Forum de 2024. Nesse fórum, o presidente anunciou também a criação de um 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil, centrado na igualdade racial, um desafio primordial no país.

Todos esses marcos revitalizaram o compromisso do Ipea com o acompanhamento e a análise da Agenda 2030, levando-o a reassumir seu papel de assessoramento técnico à nova CNOODS ao lado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Proseguindo com seus esforços em apoio à nova CNOODS, o Ipea lança agora a segunda edição dos *Cadernos ODS*. Este conjunto de dezessete cadernos apresenta as contribuições do Ipea para a elaboração do RNV 2024, concentrando-se especificamente na avaliação do progresso das metas dos ODS pelo Brasil. A elaboração dessas análises contou com a valiosa colaboração de pesquisadores do IBGE e da Fiocruz.

Para cada ODS, destacamos as principais metas em consonância com os desafios enfrentados pelo país e sua integração com os eixos estratégicos de desenvolvimento delineados no Plano Plurianual 2024-2027. Posteriormente, as metas foram minuciosamente avaliadas e categorizadas em quatro conjuntos distintos: i) aquelas que foram alcançadas; ii) as que demonstraram evolução positiva durante o período; iii) as que sofreram impacto devido à pandemia de covid-19; e iv) aquelas que não puderam ser analisadas devido à falta de indicadores ou à existência de séries de indicadores incompletas ou irregulares. Ademais, as análises contemplam as principais políticas que contribuem para o alcance dos ODS pelo país e uma seção sobre os avanços, os desafios e as dificuldades críticas para o alcance de cada um dos ODS até 2030.

Os *Cadernos ODS* não se limitam apenas à análise do progresso de cada indicador; eles também oferecem uma análise elucidativa da trajetória de cada um desses indicadores ao longo do período 2016-2022, reforçando o compromisso da transparência à sociedade. Com esta publicação, o Ipea reitera sua firme adesão à agenda do desenvolvimento sustentável, alinhada com os princípios fundamentais da “prosperidade compartilhada” e do imperativo de “não deixar ninguém para trás”.

A Agenda 2030, ao destacar e priorizar a “prosperidade compartilhada”, reconhece a necessidade de criar e sustentar um ambiente econômico e social onde todas as pessoas, independentemente de sua origem, gênero, raça, etnia ou condição socioeconômica, tenham acesso igualitário às oportunidades e aos frutos do desenvolvimento. Isso requer a implementação de políticas e medidas que não apenas gerem riqueza, mas também que a distribuam de maneira justa e inclusiva, reduzindo as desigualdades sociais.

Além disso, o compromisso de “não deixar ninguém para trás” reforça a importância de adotar uma abordagem holística e abrangente para o desenvolvimento, garantindo que as políticas e os programas sejam implementados de forma a alcançar todas as pessoas. Isso requer a implementação de estratégias específicas para abordar as desigualdades estruturais, fornecendo acesso igualitário a serviços essenciais, como educação, saúde, habitação e emprego, e garantindo a proteção dos direitos humanos de todos os cidadãos.

Enid Rocha Andrade da Silva  
**Coordenadora do Comitê ODS Ipea**

Milko Matijascic<sup>1</sup>

Carolina Esther Kotovicz Rolon<sup>2</sup>

## 1 BRASIL E O ODS 4

Quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados, em 2015, o ODS 4 – *Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos*, seu lema foi saudado pelos que atuavam nesta arena no Brasil, por ter simbiose com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, um plano com responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios. Por ser decenal, o PNE abrange diferentes gestões de governo, visando superar a descontinuidade das políticas públicas a cada mudança de governante. Se as metas do PNE de atendimento, desempenho, gestão e formação de professores fossem cumpridas até 2024, grande parte das metas do ODS 4 também teriam sido atingidas (quadro 1).

### QUADRO 1

#### Metas dos ODS, suas contrapartidas em metas no PNE e outras fontes para as demais metas do ODS 4

ODS 4	1	2	3	4	5	6	7	a	b	c
PNE	2, 3, 6 e 7	1	11, 12, 13 e 14	9, 11, 12, 13 e 14	4 e 8	4, 5 e 8	BNCC	Inep	n.a	15, 16, 17 e 18

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. BNCC: Base Nacional Curricular de Cursos; e Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

2. n.a: não se aplica.

A reciprocidade existente entre o ODS 4 e o PNE 2014-2024 é importante, pois revela existir um diagnóstico similar para os problemas da educação brasileira, a saber:

- níveis de atendimento insuficientes, com destaque para as creches, o ensino médio, a educação profissional e tecnológica (EPT) e o ensino superior;
- baixa qualidade do aprendizado, quando comparado a países com índices de desenvolvimento humano (IDHs) muito alto; e
- necessidade de consolidar uma infraestrutura moderna e ter professores preparados para lidar com as desigualdades sociais brasileiras.

As expectativas iniciais do PNE e do ODS 4 não foram cumpridas, pois, em 2016, o Brasil foi vítima de uma séria crise econômica, bem como grave crise política, que resultou em *impeachment* da então presidenta da República. Os planos iniciais para a educação foram readaptados e, logo a seguir, deixaram de ser priorizados, até 2023.

Entre 2019 e 2022, não existiram propostas de políticas públicas com o objetivo de atender à meta de melhorar a qualidade do aprendizado e contribuir com o princípio “de não deixar ninguém para trás”, contido na Agenda 2030. Em seu lugar, foram criadas escolas cívico-militares e reduziu-se a regulação na educação a distância (EaD). Nesse período, o país assistiu a uma enorme rotatividade do titular da pasta do Ministério da Educação (MEC) que, em quatro anos, contou com cinco ministros. Esse período também sofreu com a pandemia da covid-19, quando se deu o fechamento quase total das escolas e uma lenta adaptação ao ensino remoto. Os efeitos disso se traduziram na perda do foco no combate às desigualdades, no atendimento e na aprendizagem. Um recuo em relação aos esforços

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). E-mail: milko@ipea.gov.br.

2. Pesquisadora bolsista na Disoc/Ipea. E-mail: carolina.rolon@ipea.gov.br.

que persistiam desde meados dos anos 1990. As políticas educacionais não mencionavam os ODS e houve um distanciamento dos debates e compromissos internacionais.

A partir de 2023, os ODS passaram a representar uma iniciativa central para as políticas públicas em educação, com a retomada de programas desacreditados e o lançamento de programas com fortes conexões com o ODS 4. Isso se consolidou no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, cuja organização dos ensinos básico e superior foi baseada no ODS 4.

## 2 ANÁLISE DO PROGRESSO DAS METAS

A maioria dos indicadores globais do ODS 4 teve uma evolução positiva entre 2016 e 2022. O atendimento melhorou para as populações em idade escolar no ensino fundamental nos anos iniciais (ensino fundamental 1 ou primário), nos anos finais (ensino fundamental 2) e no ensino médio. O Brasil é um país em desenvolvimento, cujas metas globais foram atingidas, em parte, no caso da educação básica, metas 4.1 e 4.2, EPT e ensino superior, meta 4.3. Nos quesitos de desempenho dos alunos, metas 4.1 e 4.2, os indicadores globais não foram calculados.<sup>3</sup>

A meta 4.5 voltada para a redução das desigualdades no âmbito da educação revelou maior presença de negros, pessoas com menor renda *per capita* familiar, moradores de regiões rurais e de estados mais vulneráveis. Portanto, tais desigualdades se reduziram (Matijascic e Rolon, 2021). Na meta 4.6, o analfabetismo caiu, mas continua elevado para um país com níveis de renda *per capita* como a do Brasil. Não existem indicadores para medir o analfabetismo funcional da meta 4.6.<sup>4</sup> A meta 4.7 não possui indicador oficial apurado até o momento.

A meta 4.a, referente à infraestrutura escolar, teve pouca evolução no acesso à energia elétrica e água tratada, pois já estavam disponíveis em mais de 95% das escolas em 2016. No entanto, o acesso à internet e a computadores para fins pedagógicos se elevou. O acesso para pessoas com deficiência evoluiu com vigor. A meta 4.b foi encerrada em 2020 e não se referia necessariamente ao Brasil. Por fim, a meta 4.c mostrou que a proporção de professores que recebeu a qualificação mínima por nível de ensino se elevou, com destaque para os ensinos fundamental 1 e médio (quadro 2).

3. No Brasil, o monitoramento da aprendizagem é realizado pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb). Ele funciona desde meados dos anos 1990 para o ensino fundamental 2 e, atualmente, atende aos ensinos fundamental 1 e médio também. No entanto, seus resultados não foram incluídos entre as metas do PPA e, por isso, não serão analisados aqui. Contudo, é possível adiantar que mais da metade dos alunos dos ensinos fundamental 2 e médio não atingem o patamar de desempenho esperado em língua portuguesa e matemática. Mesmo no ensino fundamental 1, cerca de um terço dos estudantes se encontra abaixo do desempenho esperado.










4. Seria possível fazer uma *proxy*, considerando analfabetos funcionais todos os que não tivessem concluído o ensino fundamental 1. Contudo, isso não é analfabetismo funcional *stricto sensu*.

**QUADRO 2**  
**Evolução das metas globais do ODS 4**

Meta	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final do ensino fundamental 2, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo.	 	 
	4.1.2 - Taxa de conclusão dos ensinos fundamental e médio.	  	
4.2 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.	4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24 e 59 meses que estão com desenvolvimento adequado de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo.	 	 
	4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo.	  	
4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos doze meses, por sexo.	  	  
4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TICs), por tipo de habilidade.		
4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.	 	 
4.6 - Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	4.6.1 - Percentual da população de determinado grupo etário que atingiu pelo menos o nível mínimo de proficiência em (a) leitura e escrita e (b) matemática, por sexo.	 	 
4.7 - Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	4.7.1 - Grau em que a (i) a educação para a cidadania global e (ii) a educação para o desenvolvimento sustentável são integradas nas (a) políticas nacionais de educação; (b) currículos escolares; (c) formação de professores; e (d) avaliação de estudantes.		

(Continua)

(Continuação)


Meta	Indicadores globais	Evolução dos indicadores	Avaliação das metas
4.a - Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	4.a.1 - Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para alunos com deficiência; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).	  	  
4.b - Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	4.b.1 - Volume dos fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento para bolsas de estudo por área e tipo de estudo.		
4.c - Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	4.c.1 - Proporção de professores que receberam a qualificação mínima exigida, por nível de ensino.	 	 


 Evolução positiva

 Sem evolução

 Meta global atingida

 Evolução negativa

 Impactado pela covid-19

 Sem indicadores ou série curta ou irregular

Elaboração dos autores.

## 2.1 Metas em destaque

A seleção destas metas prioritárias, ou seja, 4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.a e 4.c, analisadas em detalhe nesta seção, foram as mesmas selecionadas pelo PPA 2024-2027. Isso reforça o fato de o ODS 4 ser um guia condutor para esse instrumento de planejamento que serve de orientação para as ações educacionais.

**Meta 4.1** – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

Desde 2016, houve uma melhora no atendimento da população em idade escolar, com destaque para o ensino médio, seguido do ensino fundamental 2 e, por fim, do ensino fundamental 1, indo ao encontro da meta 4.1 Esse movimento seguiu a lógica da universalização da educação, iniciada em meados dos anos 1990, focalizando o ensino fundamental, e, nos anos 2000, o ensino básico (gráfico 1).



**Meta 4.2** – Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

Na educação infantil, meta 4.2, existe uma parcela preponderante das crianças do ano anterior ao primário que estava escolarizada, mas, quando o foco é a população com até 3 anos de idade, os percentuais são inferiores, de 31%, e não atingem o estabelecido pelo PNE, de 50% (gráfico 1).

**Meta 4.3** – Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

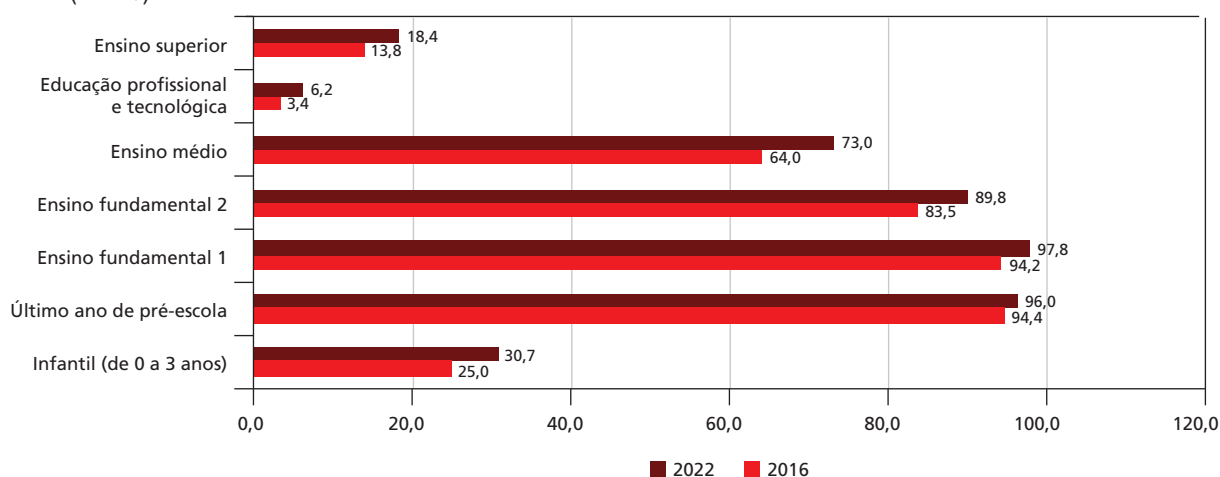
Em relação à meta 4.3, também houve progresso, mas as parcelas da população que frequentam EPT e ensino superior ainda são bastante reduzidas, com ênfase para o primeiro caso.

O gráfico 1 apresenta os resultados para a evolução das metas 4.1, 4.2 e 4.3 entre 2016 e 2022. Isso permite verificar como está a escolarização segundo a faixa etária de cada etapa do ensino no Brasil.

#### GRÁFICO 1

##### Proporção da população em idade escolar, segundo a etapa de ensino

(Em %)



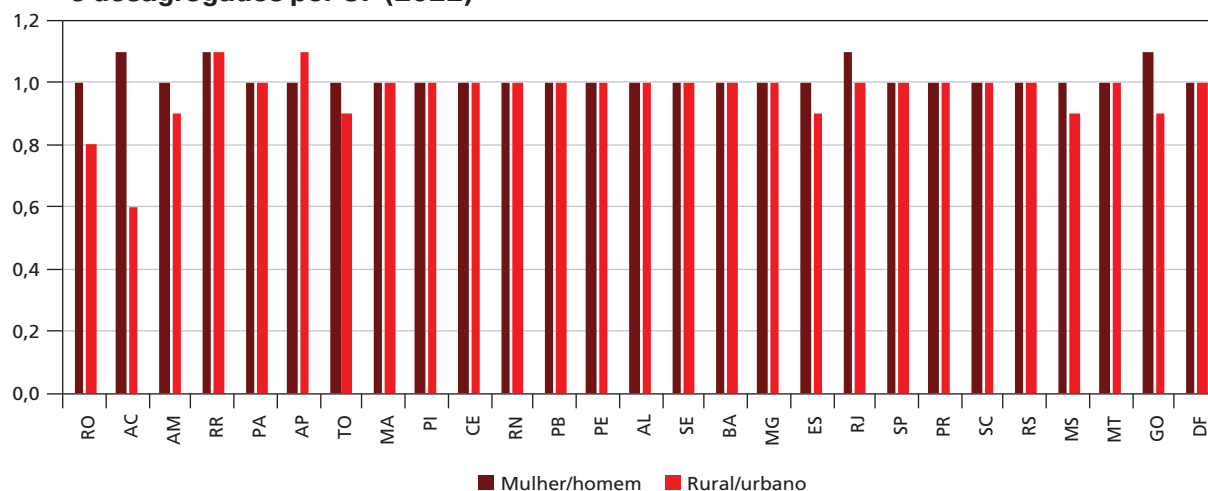
Fontes: PNAD Contínua e Suplemento da PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

**Meta 4.5** – Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

Na meta 4.5, o indicador global escolhido é o 4.5.1 – Índices de paridade mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de renda e outros como população com deficiência, povos originários e aqueles afetados por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis. No caso brasileiro, os índices de paridade entre mulher/homem e rural/urbano estão disponíveis e desagregados por Unidade da Federação – UF (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Índices de paridade entre mulher/homem e rural/urbano, aos 5 anos de idade, disponíveis e desagregados por UF (2022)



Fontes: PNAD Contínua e Suplemento da PNAD Contínua. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo4/indicador451>.  
Elaboração dos autores.

O indicador 4.5.1, demonstrado no gráfico 2, revela que, no Brasil, a proporção entre mulheres e homens e moradores de áreas rurais e urbanas estão equilibradas na frequência escolar. Das 27 UFs, dezessete estavam em equilíbrio. Os desequilíbrios se concentram na região Norte, dominada pela Amazônia, onde a disponibilidade de professores e o deslocamento de alunos é muito difícil em relação à paridade rural e urbana. Além disso, a vantagem da presença de mulheres em relação aos homens tem fundamento no fato de elas frequentarem as escolas de forma mais assídua. Isso acontece faz tempo, mas as diferenças são moderadas.

**Meta 4.a** – Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

A tabela 1, relativa à meta 4.a, mostra que o acesso à eletricidade e ao abastecimento de água eram elevados em 2016 e assim se mantiveram nesses patamares em 2022. Os aspectos mais interessantes são: acesso à internet, computadores para fins pedagógicos e infraestrutura adaptada para pessoas com deficiência. O acesso à internet se elevou muito no ensino fundamental 1, sendo menos vigoroso nos ensinos fundamental 2 e médio, pois já se aproximavam mais do patamar de 100%. A pandemia da covid-19 e a adoção do ensino remoto, em 2020 e grande parte de 2021, na quase totalidade das escolas, favoreceu esse quesito. A chegada do 5G para a telefonia celular, aprovada em 2021, também deve dar um forte impulso em matéria de qualidade da banda larga, pois as escolas tiveram um tratamento privilegiado, segundo o Ipea (2021). Outra melhoria foi a infraestrutura de acesso para pessoas com deficiência. O número mais que triplicou para o ensino fundamental 1 e duplicou para os ensinos fundamental 2 e médio. Esses resultados são os melhores para o ODS 4, deixando entrever uma boa situação para 2030.

TABELA 1

**Proporção das escolas com infraestrutura por etapa de ensino, segundo as regiões geográficas do Brasil (2016)**

(Em %)

Infraestrutura escolar por etapa de ensino		2016	2022
Acesso à eletricidade	Ensino fundamental – iniciais	95,0	97,3
	Ensino fundamental – finais	97,9	98,0
	Ensino médio	99,9	99,6
Acesso à internet	Ensino fundamental – iniciais	58,9	83,4
	Ensino fundamental – finais	80,2	91,5
	Ensino médio	94,6	96,8
Computador para fins pedagógicos	Ensino fundamental – iniciais	53,1	61,1
	Ensino fundamental – finais	75,1	76,1
	Ensino médio	87,8	90,5
Infraestrutura adaptada para alunos com deficiência	Ensino fundamental – iniciais	20,1	62,5
	Ensino fundamental – finais	30,5	72,5
	Ensino médio	37,0	75,8
Abastecimento de água	Ensino fundamental – iniciais	93,8	97,3
	Ensino fundamental – finais	97,2	98,5
	Ensino médio	99,6	99,6

Fonte: Inep/Censo Escolar.  
Elaboração dos autores.

**Meta 4.c** – Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

A tabela 2 apresenta os indicadores de formação adequada, segundo a meta 4.c. A melhor situação é a do ensino médio, em que mais de 65% dos professores possuem a formação necessária. Isso também vale para a educação infantil. Ao focalizar o ensino fundamental 2, a situação é pior que a do ensino fundamental 1. Neste universo, os professores possuem formação universitária, mas, infelizmente, muitos deles ministram disciplinas que não se relacionam à sua formação. No ensino fundamental 2, a situação é pior do que no ensino médio, mas, em nenhuma delas, os resultados permitem afirmar que o cenário se aproxima do que foi preconizado pelo PNE. Cabe destacar que em nenhuma das etapas de ensino a evolução até 2022, quase a metade do período previsto para a Agenda 2030, teve um ritmo de evolução que permita atingir o patamar de 100%.

TABELA 2

**Proporção de professores com formação adequada em relação às disciplinas de atuação no Brasil, segundo as etapas de ensino**

(Em %)

Educação infantil		Ensino fundamental 1		Ensino fundamental 2		Ensino médio	
2016	2022	2016	2022	2016	2022	2016	2022
44,6	62,0	56,6	75,3	48,9	47,4	58,9	67,6

Fonte: Inep/Censo Escolar.  
Elaboração dos autores.

Cabe registrar que em abril e maio de 2018, o Ipea coordenou uma reunião com representantes do MEC e de instituições federais relacionada à educação (Silva, 2018). Compareceram 28 servidores para adaptar as metas ao cenário brasileiro. Isso se explica porque a forma de organizar o ensino no Brasil é diferente da prevista pela Organização das Nações Unidas (ONU), além de ser necessário fixar patamares a serem atingidos em 2030. O senão foi a ambição dessas metas, pouco concatenadas com o PNE. A adequação das metas globais à realidade nacional, no entanto, é essencial para atingir melhores patamares que os atuais. Este relatório se refere somente às metas globais do ODS 4.

### **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE CONTRIBUEM PARA O ALCANCE DO ODS 4**

Como mencionado na seção 1, o período de 2018 a 2022 se caracterizou por um retrocesso nas políticas educacionais. O atual governo, iniciado em 2023, retomou a trajetória de universalização; e o PPA em curso busca fortalecer programas já existentes e criar novos, que serão detalhados a seguir.

Em 2023, foram lançados programas educacionais importantes. A Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, por exemplo, parte do pressuposto que a educação digital passou a ser um dever do Estado. O objetivo desse programa é universalizar a conectividade para fins pedagógicos nas escolas de educação básica no país até 2026, garantindo o uso pedagógico da tecnologia em sala de aula. O investimento total previsto é de R\$ 8,8 bilhões.

Esse programa se relaciona diretamente com a meta 4.a, e pode representar um impulso para prover internet e equipamentos para as escolas dos 5.570 municípios brasileiros. Além disso, contribui para a qualidade da aprendizagem, afetando positivamente a meta 4.1 e, indiretamente, as demais metas do ODS 4. Dada a inter-relacionalidade da Agenda 2030, os ODS 8 e 10 devem se beneficiar também da implementação desse programa.

O Programa Escola em Tempo Integral, também lançado em 2023, prevê a realização de assistência técnica e financeira destinada à criação de novas matrículas em tempo integral para a educação básica. O PNE 2014-2024) estabelece a meta de 25% das matrículas na educação básica em tempo integral. No entanto, de 2014 a 2021, esse percentual caiu no ensino fundamental 1, de 21,2% para 10,6%, e, no ensino fundamental 2, de 15,9% para 11,3%. Na educação infantil, o percentual de matrículas em tempo integral se manteve estável em 28%.

No ensino médio, houve crescimento de 5,8%, em 2014, para 16,7%, em 2021, graças ao novo ensino médio, lançado em 2017. O novo ensino médio teve um impacto positivo e isso incentiva a expansão da jornada escolar para estudantes em situação de vulnerabilidade. O objetivo é criar 3,2 milhões de novas matrículas entre 2023 e 2026. O investimento previsto é de R\$ 4 bilhões. Em 2023, do total de matrículas no ensino fundamental público, 17,5% eram em tempo integral; das matrículas na rede privada, de 3,3%. Esse programa pode ter impactos decisivos nas metas 4.1 e 4.2, sem esquecer dos impactos indiretos nas demais. Outros ODS a serem beneficiados seriam o 8 e o 10, a médio e longo prazo.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023) visa implementar políticas, programas e ações para que as crianças estejam alfabetizadas ao fim do segundo ano do ensino fundamental; e promover medidas para recompor a aprendizagem após a pandemia da covid-19. As ações são organizadas em cinco eixos: i) governança e gestão da política de alfabetização; ii) formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; iii) melhoria e qualificação da infraestrutura e dos insumos pedagógicos; iv) sistemas de avaliação; e v) compartilhamento de boas práticas. Isso deve afetar as metas 4.1 e 4.6. A meta 4.5 também é contemplada, pois o atendimento de todos melhora a situação dos mais vulneráveis, ao disseminar mais oportunidades.

O Pacto Nacional pela Retomada de Obras Inacabadas (2023) tem o objetivo de dar seguimento e concluir as obras inacabadas das escolas da rede pública. Quando da repactuação, os estados e municípios envolvidos deverão indicar as respectivas responsabilidades pelos aportes de recursos, formalizando, neste ato, a existência de disponibilidade orçamentária para os novos compromissos, condição para ter acesso à contrapartida federal. Esse pacto tem fortes conexões com a meta 4.a, e com as demais, de forma indireta.

O Programa Educa Mais Norte e Nordeste, em parceria com o Banco Mundial, busca mitigar os impactos da pandemia nas escolas do ensino fundamental das regiões Norte e Nordeste, visando acelerar e recuperar as aprendizagens até 2026, afetando a meta 4.5. As desigualdades regionais são as de maior envergadura no país, e, ao focalizar a interseccionalidade, segue a direção correta (Matijascic e Rolon, 2021).

O Programa Universidade para Todos (Prouni) oferece bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50%), em instituições de ensino superior (IES) não gratuitas a estudantes com renda familiar *per capita* de até 3 salários mínimos (SMs). Em 2022, foram ofertadas 473 mil bolsas. A participação de professores da educação básica no Prouni é priorizada.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) concede financiamentos a estudantes de cursos superiores não gratuitos com renda familiar bruta mensal *per capita* de até 5 SMs. Para os estudantes com renda familiar bruta *per capita* de até 1,5 SM, a operação é garantida pelo Fundo Garantidor Fies, eliminando a necessidade de fiador. Tanto o Prouni quanto o Fies estão relacionados às metas 4.3 e 4.5, pois buscam reduzir as desigualdades educacionais e não deixar ninguém para trás.

Também é importante destacar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui obras didáticas, pedagógicas e literárias para alunos e professores de escolas públicas de educação básica e privadas conveniadas com o poder público. Em 2024, 194,6 milhões de livros didáticos estão sendo distribuídos a 31,1 milhões de alunos. Da mesma forma, ressalta-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que repassa recursos financeiros para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e filantrópicas, sendo um eixo importante para garantir o direito à segurança alimentar e nutricional no país.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), junto ao PNLD e ao PNAE, possui efeitos positivos sobre as metas 4.1 e 4.2, que buscam assegurar a universalização e o aprendizado dos alunos no ensino básico, com baixos níveis de rendimento ou dificuldades de acesso às escolas. Eles também afetam as metas 4.3, 4.5, 4.6 e 4.7 ao melhorar as condições de ensino nas escolas, permitindo a progressão ao longo das etapas de ensino.

**BOX 1****Programa Dinheiro Direto na Escola**

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um exemplo de sucesso no Brasil. Desde 1995, esse programa vem atendendo de forma suplementar às necessidades financeiras das escolas da educação básica, públicas ou privadas, conveniadas com o poder público, relacionadas a pequenas despesas de funcionamento da escola e/ou a pequenos investimentos em melhorias de sua infraestrutura física e pedagógica.

Os recursos financeiros disponibilizados anualmente via PDDE podem ser empenhados em reparos e pequenas obras, na compra de materiais e bens de consumo ou em atividades pedagógicas. O MEC também utiliza o PDDE para financiar ações específicas, como o PDDE emergencial, que financiou adaptações na volta às aulas no contexto da covid-19; e o PDDE novo ensino médio destinado à implementação do novo modelo de ensino. Outras modalidades do PDDE financiam ações continuadas como: o PDDE escola conectada, voltado para o acesso à internet de alta velocidade; e o PDDE escola acessível, destinado aos alunos com deficiência, entre outros.

A governança é o diferencial do PDDE, pois envolve a transferência em dinheiro às contas das escolas. A participação da comunidade no dispêndio se dá via assembleias para elencar as necessidades da escola e definir como o recurso será utilizado. O MEC define as regras, mas as escolas têm muita liberdade, sendo responsabilizadas por suas ações. Esse modelo favorece o engajamento e o controle social dos recursos.

Longe de ser suficiente para sanear as múltiplas carências existentes nas escolas, o PDDE contribui de forma decisiva para atender às necessidades mais urgentes das escolas. Decorre daí o seu potencial para servir de showcase para outros países. Em suma, o programa apresenta impactos positivos sobre as metas 4.1 e 4.2, que buscam assegurar a universalização e o aprendizado dos alunos no ensino básico. De forma indireta, ele afeta as metas 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7, por gerar melhores condições de ensino nas escolas. No entanto, a sua relação direta é com a meta 4.a, pois está diretamente relacionado com a infraestrutura física e pedagógica das escolas.

Elaboração dos autores.

**4 AVANÇOS, DESAFIOS E DIFICULDADES CRÍTICAS**

Quando o prisma da análise está centrado nas metas globais do ODS 4, a situação brasileira pode ser considerada boa. Os resultados já eram bons em 2016 para o ensino básico. Neste rol estão as metas 4.1 e 4.2 (em parte); 4.3; e 4.a. As metas 4.4, 4.6 e 4.7 exigem a construção de indicadores nacionais, que ainda não foram apurados.

As metas globais podem ser atingidas mais facilmente porque a Agenda 2030 tem uma preocupação maior com os países de baixo nível de desenvolvimento humano (IDH). Possuir um elevado grau de atendimento da população ou respeitar as regras para a contratação de professores do ensino básico não representam mais os maiores desafios para o Brasil, que possui Estado e economia organizados, quando comparado àqueles países. Mas, ao comparar a situação brasileira à dos países com IDH e renda per capita elevados, o quadro não é auspicioso em matéria de educação, ao contrário, o número de brasileiros que finaliza quaisquer etapas do ensino básico é bem menor e o número de alunos que aprendeu o que é considerado necessário é muito baixo.

O Brasil é considerado um país de renda média alta e por esta razão suas metas deveriam ser mais ambiciosas. Tomando por base esse cenário, o Brasil elaborou as suas próprias metas nacionais, mais ousadas e desafiadoras à realidade nacional, a partir de amplo processo de discussão, ocorrido em 2018.

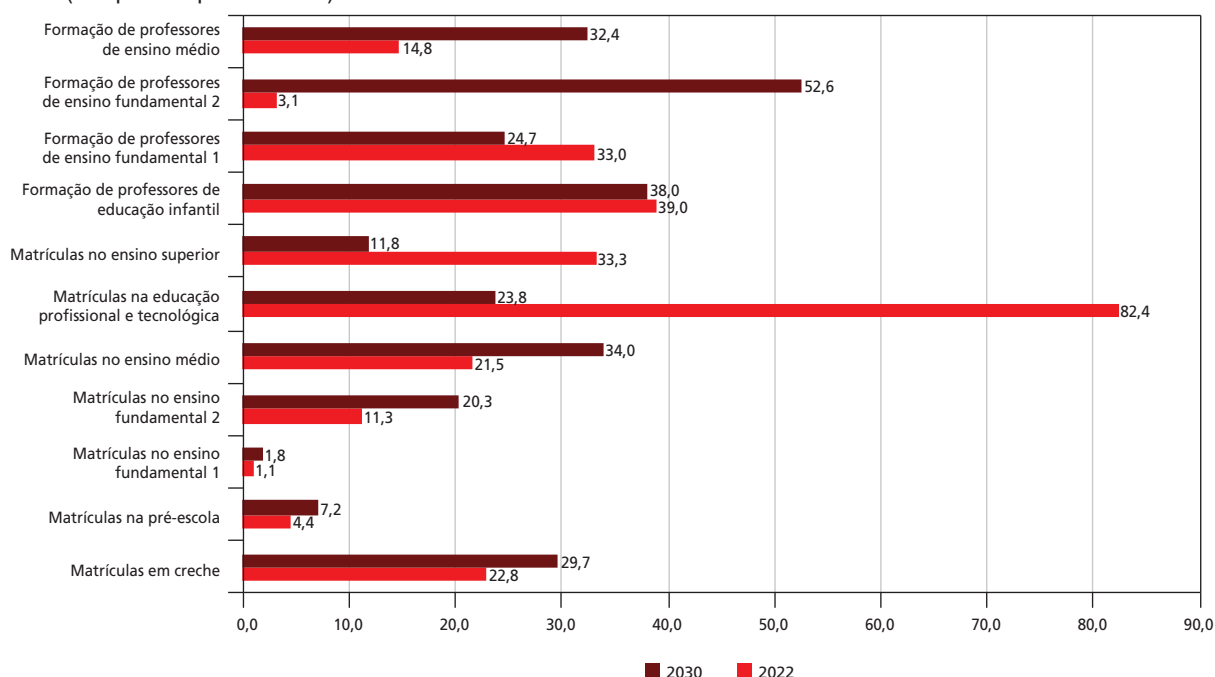
Ao analisar as adaptações realizadas nas metas globais do ODS 4, o quadro é muito mais preocupante, sendo pouco provável que a maioria delas seja atingida em 2030. A evolução dos resultados terá de ser muito mais robusta entre 2023 e 2030, conforme aponta o gráfico 3.

O gráfico 3 apresenta os resultados em termos de evolução de matrículas por etapas de ensino e formação de professores nessas mesmas etapas, obtidos entre 2016 e 2022, com base nas metas adaptadas ao Brasil, e os resultados esperados e necessários entre 2023 e 2030. Nota-se que os esforços para alcançar as metas nacionais, entre 2023 e 2030, terão de ser muito maiores que os realizados até 2022; ao contrário do que ocorre com as metas globais, pois, em 2016, o Brasil já atendia a parcelas relevantes da população ao longo de todo o ensino básico. O foco, em termos de aumento da população atendida, teria de se concentrar nas creches, no ensino médio, na EPT e no ensino superior, etapas de ensino em que o Brasil sempre possuiu baixos níveis de atendimento.

### GRÁFICO 3

#### Evolução entre 2016 e 2022 e evolução necessária de 2022 a 2030 para indicadores selecionados das metas do ODS 4

(Em pontos percentuais)



Fontes: Inep/Censo Escolar e IBGE/PNAD Contínua.  
Elaboração dos autores.

Cabe destacar o desafio de aumentar o atendimento das crianças até 3 anos de idade, visto que é essencial para melhorar a capacidade de aprendizado nas etapas seguintes da educação. Além disso, a existência de creches em tempo integral costuma melhorar a vida dos pais, liberando-os para trabalhar e/ou realizar outras atividades que favorecem a condição familiar.

A tabela 3 apresenta o acesso das escolas à eletricidade e ao abastecimento de água, que estão próximos da universalização. Os desafios em relação à infraestrutura escolar são, principalmente, a acessibilidade para pessoas com deficiência, a disponibilização de computadores para fins educacionais e, em menor medida, o acesso à internet de banda larga.

TABELA 3

**Evolução entre 2016 e 2022 e evolução necessária de 2023 até 2030 da proporção de escolas com infraestrutura adequada, segundo as etapas de ensino**

(Em %)

Modalidade	Etapa	Evolução	Falta evoluir
Acesso à eletricidade	Ensino fundamental – iniciais	2,4	2,7
	Ensino fundamental – finais	0,1	2,0
	Ensino médio	-0,3	1,4
Acesso à internet	Ensino fundamental – iniciais	41,6	16,6
	Ensino fundamental – finais	14,1	8,5
	Ensino médio	2,3	3,2
Computador para fins pedagógicos	Ensino fundamental – iniciais	15,1	38,9
	Ensino fundamental – finais	1,3	23,9
	Ensino médio	3,1	9,5
Infraestrutura adaptada para alunos com deficiência	Ensino fundamental – iniciais	210,9	37,5
	Ensino fundamental – finais	137,7	27,5
	Ensino médio	104,9	24,2
Abastecimento de água	Ensino fundamental – iniciais	3,7	2,7
	Ensino fundamental – finais	1,3	1,5
	Ensino médio	-	0,4

Fonte: Censo Escolar.  
Elaboração dos autores.

Outro desafio que a educação brasileira enfrenta diz respeito à articulação federativa. Como ainda não existe um sistema único de educação, como é o caso da saúde e da assistência social, os esforços de gestão são grandes e a intervenção federal tem limites. Importante recordar que a gestão do ensino básico não cabe à esfera federal de governo, sendo a responsabilidade pela educação infantil e o EF dos 5.570 municípios, e pelo ensino médio das 27 UFs, embora todas as esferas de governo continuem mantendo algumas escolas que não são de sua competência.

A sociedade brasileira espera que a escola amenize os males decorrentes das desigualdades brasileiras. Isso não será possível sem a adoção de uma jornada integral de estudos, recebendo as principais refeições diárias.<sup>5</sup> Além disso, os alunos com dificuldades precisam de aulas de reforço e acompanhamento, pois, com frequência, integram famílias com baixos níveis de rendimento e outras vulnerabilidades.

Embora a primeira metade do tempo previsto para a Agenda 2030 não tenha avançado como se esperava, a partir de 2023, com o novo PPA e as novas políticas em matéria de educação, foi dado um passo correto para que a etapa final possa apresentar resultados melhores e contribuir efetivamente para o desenvolvimento em seus matizes econômicos e sociais e relativas à sustentabilidade.

5. Essa experiência teve início no Rio de Janeiro, entre 1983 e 2000, com os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), mas os problemas fiscais aliados a questões ideológico-partidárias fizeram com que essa iniciativa malograsse. O PNE reconheceu a relevância da jornada em período integral e fixou em 25% o número de alunos a serem atendidos em 2024. No entanto, a falta de empenho resultou em um percentual bem inferior, conforme apontou a seção 4.



## BOX 2

### Diálogo entre as recomendações do Relatório Luz 2023 e as iniciativas do governo federal

O VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 traz importantes sugestões ao governo no campo da educação, entre elas, a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tem efeitos positivos para a elevação da escolarização no Brasil. A EJA é necessária, pois a repetência e o abandono dos estudos geram forte defasagem idade/série no país. Essa ordem de problemas, nas últimas décadas, se dá, com mais vigor, no ensino médio. A seguir, no quadro 3, destaca-se iniciativa do atual governo que deverá contribuir para seu enfrentamento.

Elaboração dos autores.

## QUADRO 3

### Recomendações do Relatório Luz 2023

Recomendação	Iniciativas governamentais
Reabrir turmas de EJA em todo o país, com qualidade, e garantir acesso e permanência à população foco dessa política.	Criação do Programa Pé-de-Meia, destinado a estudantes do ensino médio, entre 14 e 24 anos de idade; ou EJA, entre 19 e 24 anos, integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). O Pé-de-Meia consiste em estimular a conclusão do ensino médio, por meio do pagamento de oito parcelas de R\$ 200,00 aos alunos para cada mês do ano letivo em que tiver frequência escolar comprovada de 80%, totalizando R\$ 1.600; mais parcela única de R\$ 200,00 por ano ao se matricular em uma das três séries do ensino médio. Esses valores podem ser utilizados livremente pelos estudantes. Além disso, ao fim de cada um dos três anos do ensino médio que for aprovado, serão depositados R\$ 1.000,00 em uma conta-poupança do estudante, que somente poderão ser sacados após a formatura dessa última etapa da educação básica.

Elaboração dos autores.

## REFERÊNCIAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2021.

MATIJASCIC, M.; ROLON, C. E. K. **Objetivos de desenvolvimento sustentável e desafios decorrentes das oportunidades escolares no ensino fundamental**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. p. 6-42. (Texto para Discussão, n. 2679).

SILVA, E. R. A. (Coord.). **Agenda 2030: ODS – metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ipea, 2018.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

#### **Editores**

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

#### **Capa**

Danilo Leite de Macedo Tavares

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

### **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.